

Prefácio

O principal conceito que perpassa todo o livro é o decolonizar, enquanto sinônimo de romper as amarras, conceitos e preceitos do colonialismo. Cada capítulo trata de evidenciar, provocar e fazer-nos uma reflexão do quanto o colonialismo enquanto espectro continua presente em muitos dos processos culturais vigentes no Brasil.

O ato de decolonizar é um verbo não apenas no sentido de um rompimento semantical junto às raízes históricas do colonialismo, mas imprime uma ordem do quanto é necessário configurar modos diferentes em relação as nossas heranças culturais, quando nos referimos em particular aos temas insurgentes, como é o caso deste livro.

O livro oferece uma narrativa discursiva instigante, desveladora de problemáticas e também aponta saídas para que as práticas concretas e simbólicas do colonialismo possam ser repensadas, discutidas e reformuladas, principalmente para as categorias sociais que mais foram impactadas pelas condutas normativas do velho colonialismo.

As categorias mulher, negro, pobre, presidiária, por exemplos, são ainda vistas pelos conceitos e práticas discriminatórias oriundos uma cultural aristocrata, escravagista e elitista que marcaram os conteúdos de convivência social no Brasil, e que as tempestades políticas trazidas por essa ordem cultural, continuam com seus ranços, ainda vigentes, e que arranham e ferem os pilares de uma sociedade eticamente democrática, como nos alude os preceitos constitucionais de 1988.

Os recortes temáticos do livro percorrem caminhos de possibilidades, em que se comunicam a pesquisa, a ciência e a poesia nos estudos, em que determinados assuntos soam como uma provocação para certas fracções de classes, que preferiam esquecer tais temas, pois a base elitista do país, ignora e tangencia tais assuntos a uma marginalidade intelectual, seja na academia ou em outros espaços públicos. Ou seja, os assuntos que não pertencem a esta elite deveriam ser esquecidos, segundo a mentalidade que permeia a exclusão social.

Na aurora dos movimentos emancipatórios pelos direitos civis, políticos e sociais, tais temas estão sendo descobertos, trazido à baile, se comunicando com a sociedade, e nos dizendo que é hora de discutir abertamente sobre as raízes do colonialismo na sociedade brasileira, e sem disfarces, ensejar novos horizontes com novos processos de decolonizar tais raízes.

Por isso que os textos (capítulos) deste livro abrem espaço para novos processos de decolonizar, eles incomodam, eles pretendem trazer algumas das questões cruciais, tais como, a desigualdade social estratificada pelos marcadores de raça, classe, etnia, sexual, gênero que se esbarram no cotidiano, e que merecem ser desvelados.

Um dos desvelamentos é em atenção aos sustentáculos morais e sociais do colonialismo que ainda persistem, não como a mesma força, mais são conceitos que desqualificam as relações democráticas. Demarca na história a ideia de existir uma pirâmide social de exclusão quando se refere à condição da mulher, do negro, dos LGBTQi+.

Quando se pensa decolonizar tal modelo, é questionador observar que as práticas vividas nos espaços público e privado que os gêneros transitam há distorções no direito, não é igual a todos.

Bem como, os marcadores de classes, e nesse contexto, seja a mulher negra, homem negro, por exemplos, vão encontrar outros marcadores, como a pobreza, e por isso, o ato decolonizar é mais complexo, exigente quando se refere aos marcadores sociais.

Os marcadores sociais destinam a vida dos insurgentes de formas objetiva e subjetiva, que de maneira desigual forçam-os a perceber que são tratados diferente, devido a sua raça, etnia, orientação sexual e de gênero, e a posição econômica na sociedade. Essas diferenças são alinhavadas de preconceitos, de exposições discriminatórias e por isso, invadem-os em todos os espaços de vida.

Essas práticas preconceituosas e discriminatórias ainda subjazem nas instituições e organizações públicas, consequentemente, os espaços que deveriam ser discussões, são marcados de exclusão, de negação, e que interpõem a uma luta em prol de processos de decolonização, e neste se encontram os aspectos do contradito e do conflito, mas também da esperança e do vir a ser, que está sendo feito processualmente.

A luta dos insurgentes coloca nos atos de decolonizar, a busca pela liberdade, justiça social, equidade e igualdade social, e pelo fim da violência institucionalizada.

Alguns caminhos dessa luta dos insurgentes vão pelo direito, pela instauração de novas práticas e pela poesia, como movimentos que libertam, engendram novas formas de resistência e de enfrentamento contra os preceitos e práticas excludentes na sociedade brasileira.

Se gestam assim, no decolonialismo infinitas ligações entre as palavras e experiências, que se examinam mutuamente, provocando nessa trajetória, outras

raízes, que almejam mais paz, justiça e novos epílogos de uma história nova, em que as práticas de torturas, punições que marcam os corpos dos insurgentes, exigem-nos a um repensar com as novas letras e práticas para compor essa história nova.

O livro, portanto, nos possibilita a este repensar, convida aos leitores adentrar no mundo das lutas dos insurgentes, e nelas refletir, pois existem novas possibilidades, e um dos caminhos que este livro nos aponta é permanecer pesquisando, estudando, desvelando e fazendo novas tessituras.

Joseneide Souza Pessoa
Doutora em Educação (UFRN)